

#### ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA Gabinete do Vereador VENÂNCIO CARDOSO (PSDB)

PROJETO DE:			
EMENDA A LEI ORGÂNICA LEI COMPLEMENTAR LEI ORDINÁRIA RESOLUÇÃO NORMATIVA DECRETO LEGISLATIVO	( ) (X) ( ) ( )	Nº	_/2022
TOTAL			

## AUTOR (ES) / SIGNATÁRIO (S)

Ver. VENÂNCIO PSDB EMENTA: Dispõe sobre a autorização da redução da jornada de trabalho para os servidores públicos pais ou responsáveis por crianças com a síndrome do espectro autista e dá outras providências.

# O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí.

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica garantido, no âmbito do Município de Teresina-PI, autorização pelo Poder Público Municipal a conceder redução da jornada de trabalho ou licença especial aos servidores que sejam pais ou responsáveis por crianças com a síndrome do espectro autista.

Parágrafo Único. O servidor público ou a servidora pública que for pai ou mãe de criança com a síndrome do espectro autista faz jus a redução da sua jornada diária de trabalho, sem prejuízo de sua remuneração integral.

- Art. 2º. Para a concessão da redução da carga horária ou da concessão da licença de que tratam os artigos anteriores, deverá o servidor comprovar, através de laudo devidamente firmado por médico psiquiatra, neurologista, psicólogo ou neuropsicólogo, com indicação do grau da doença e da necessidade de acompanhamento da criança pelo servidor.
- Art. 3°. Se ambos os pais da criança forem servidores públicos, apenas a um deles poderá ser concedida a redução da jornada de trabalho ou a licença de que tratam, respectivamente, os arts. 1° e 2° desta lei.
- Art. 4°. Aplica-se o disposto nesta lei ao servidor público ou à servidora pública que, não sendo pai ou mãe de criança com a síndrome do espectro autista, seja seu responsável. Nesse caso, a criança deverá constar do acento funcional do servidor ou da servidora como seu dependente.
  - Art. 5º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.





### ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA Gabinete do Vereador VENÂNCIO CARDOSO (PSDB)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Teresina-PI, em 16 de setembro de 2022.

Ver VENÂNCIO

**PSDB** 

#### ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA Gabinete do Vereador VENÂNCIO CARDOSO (PSDB)

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei objetiva conceder a redução da jornada de trabalho ou licença especial aos servidores que sejam pais ou responsáveis por crianças com a síndrome do espectro autista, diante da necessidade que estes possuem devido à demanda de cuidados que são destinadas aos mesmos.

Tendo em vista que os pais ou responsáveis de crianças que possuem a síndrome do espectro autista devem obter cuidados que necessitam de um tempo especial, em razão de questões de acompanhamento médico, psicológico, dentre outros, é que se fala da extrema importância da diminuição da jornada de trabalho, pois a contribuição da presença dos pais/responsáveis é essencial para a percepção e evolução das crianças/adolescentes.

Nesse sentindo, nos termos do artigo 98, parágrafo 3º da Lei 8112/90: <u>Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo. § 3º As disposições constantes do § 2º são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência (Redação dada pela Lei nº 13.370, de 2016).</u>

Ademais, o artigo art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Dessa forma, por se tratar de tema de interesso público, que representa uma importante consagração do direito das pessoas com a síndrome do espectro autista, é que submetemos o referido Projeto de Lei à elevada apreciação dos nobres vereadores, para a respectiva deliberação e aprovação.

Ver. VENÂNCIO PSDB